

Eleições sem restrições!

Quanto mais se evidencia o divórcio entre o governo e o povo, mais se abre para a burguesia o caminho da ditadura indisciplinada. Os projetos continuistas, trazem a amarga confissão da impopularidade do regime.

Após o período eufórico do desenvolvimento, quando podiam dar-se ao luxo de uma democracia burguesa a despesa econômica e sua incapacidade de superar a empurram nossas classes dominantes para a sombria trajetória dos governos militares.

Mas não bastaram o Ato Inconstitucional, as prisões, as cassações e a constante ameaça dos IPMs. Não bastaram as intervenções nas entidades de classe, a Portaria 40, a lei Suplicy, o fechamento das Ligas Camponesas. Não bastaram, depois, a lei de incolegialidades, o estatuto dos partidos, os novos códigos de censura à propaganda política. Onde o governo abriu a menor brecha legal e permitiu alguma forma de eleição, os resultados não foram margens às dúvidas: o que ele colheu das urnas eram expressões diversas de oposição ao regime.

As primeiras eleições nos sindicatos as eleições estaduais, as perspectivas eleitorais nos Estados, mostraram claramente que as restrições eleitorais deverão aumentar para permitir a continuidade do governo militar.

A ALTERNATIVA DE LACERDA

Lacerda aponta outra saída para as classes dominantes. Ao invés de tentar isolar de vez a massa da vida política, mobilizar toda a massa penosamente anti-contra-revolucionária dentro do regime. Está claro que também aqui se formará necessário aliar as organizações e lideranças das classes trabalhadoras e seus aliados. Mas exatamente essa tarefa será facilitada por um apoio dessa massa fascista.

Por isso o fato dele defender hoje o processo eleitoral não pode ser considerado um erro. Se for o "candidato da Revolução", mobilizar sua massa durante a campanha. Uma oposição restrita e lideranças militares apenas referendária sua liderança de caráter fascista por ter sido vencedora.

DEVULGUE À IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES

Abaixo a tutela militar!

O BONAPARTISMO MILITAR

Para firmar-se como liderança da contra-revolução de abril, o grupo militar em torno de Castelo precisa eliminar o poder ao aparelho partidário da UDN. A afirmação de que "a Revolução não será julgada em 65 mas somente em 66" é exatamente para permitir a Castelo manobrar com os governadores eleitos, ainda quando presidenciais.

Mas para isso é preciso que a oposição apresente candidatos maleáveis e adaptáveis ao governo militar.

A FALSA REDEMOCRATIZAÇÃO

Por enquanto as manifestações de insatisfação das massas se fazem pelos canais da oposição liberal. Ela se fortalece na medida em que especula com a ameaça do movimento popular. Mas ela não romperá o esquema golpista: sua tática é apenas aproveitar as brechas legais para obter uma gradual "redemocratização". Porque a mobilização efetiva da massa trabalhadora e uma real democratização lhe subtraíram sua força principal ao colocar o proletariado na vida política com uma liderança e um programa próprios.

A LUTA CONTRA A DITADURA

É por isso mesmo que temos de lutar a tese da "defesa das eleições a todo custo" o que significa entregar a liderança a burguesia e renunciar dentro da legalidade permitida pelo regime militar.

Temos, portanto, que aproveitar cada brecha legal para abrir caminho à intervenção das massas e fazer de cada eleição uma manifestação contra a ditadura. Levantar as reivindicações dos trabalhadores e, onde houver um candidato popular, tentar firmar sua conexão em centros legais para as lutas da massa. Quando isso ocorrer a legalidade decorrerá pelas eleições municipais e a mobilização será feita no desmascaramento destas eleições de fachada.

POLÍTICA OPERÁRIA

SETEMBRO 1965 N.º 15

Cr\$ 200

324

A Impugnação de Lott

Ninguém tem dúvida de que os motivos jurídicos invocados para a impugnação da candidatura do marechal Lott foram simples pretextos para encobrir o rancor de enfiação às suas urnas. Sob esse ponto de vista a pressão militar na Guanabara pôs mais em evidência a falta que reveste as atuais eleições e acelerou o processo de desmoralização da ditadura.

Mas o exemplo do caso Lott trouxe, também, ensinamentos preciosos que a vanguarda popular e a classe trabalhadora devem aproveitar. O que ficou patente foi a incoerência da oposição liberal ao governo militar de abril. Até onde pode ir uma oposição que se conforma e adapta à estreita "legalidade" permitida pela ditadura? Está claro que a sustentação da candidatura vetada só poderia ser dada pela mobilização popular e pela luta da massa contra o regime discriminatório. Em vez disso, a liderança burguesa esperou o "veredicto da lei" (que já foi determinado pelas urnas) e preparou um outro candidato aceitável ao regime.

No entanto, se a candidatura de Lott foi uma bandeira de luta para a massa, foi exatamente por se constituir uma opção clara ao regime de abril. A esquerda revolucionária deu seu apoio à candidatura Lott, não obstante o seu conservadorismo e seu legalismo estreito, porque justamente esse legalismo torçoso, já insuperável para as classes dominantes. Por isso as massas se preparavam, na Guanabara, para expressar por essa candidatura sua oposição ao regime. A esquerda revolucionária viu claramente nessa campanha, ainda que sob liderança burguesa, um caminho para a luta popular contra a ditadura.

Por isso mesmo não podemos apoiar uma candidatura qualquer de um Nery de Lima ou um Paes de Almeida. Porque não se trata de apresentar para a massa uma opção cavalheiresca e conciliadora, adaptável aos enquadramentos da ditadura. Trata-se exatamente de preparar a derrubada mesma da ditadura.

Não esperamos a derrubada da ditadura em eleições convocadas pela ditadura. Ao contrário: temos que fazer das eleições uma preparação para a insurreição popular contra a ditadura.

A luta Universitária

Desde a realização do XXVII congresso da UNE até o esvaziamento da lista eleitoral de 16 de agosto o movimento universitário marcou importante avanço.

Esperança, incerteza e perseguição pela "nova ordem", rompidas todas os laços que a prendiam ao governo, a UNE reaparece com todo o seu vigor, mostrando assim que sua força vem de sua representatividade e das posturas democráticas que defende.

O ESVAZIAMENTO DA FALSA ELEITORAL

Aprovado em congresso, ratificado em assembleias e realizado dia 16, o boicote ao processo eleitoral ministerialista, consistente numa extenuante dormente de Suplicy, travado da obtenção ou dos votos anulados ou brancos, a grande maioria das universidades negaram-se a entrar nas entidades autônomas.

Os estudantes agarraram-se a aceitar a reatuação de que decorreria a lei é impossível, que só poderia levar às conclusões ao derrotismo. Reconhecemos que o inimigo não é esmagante, o movimento universitário soube explorar suas pontos fracos: sua falta de laços sua impopularidade, sua vacilação e divisão interna.

A CONSOLIDAÇÃO DA UNE

Agora, quando as principais centros acadêmicos confirmaram sua fidelidade aos princípios da UNE, como tizer as consequências e dar continuidade ao boicote contra a lei. O fortalecimento das entidades livres, o esvaziamento final das direções escolhidas por essas mesmas minorias conservadoras, o impedimento em assembleias de qualquer adaptação, a luta pela revogação da lei e denúncia do nostro descrente das pressões à luta.

Pelo exemplo e pelo impulso de luta que despertou nas forças populares e pelas melhores condições de luta que abriu, o movimento universitário nos mostra alguma forma de cooperação positiva para a luta contra a ditadura. E ela é não só possível como já está esboçada.

Dissídio Coletivo e Ditadura Salarial

O QUE É

O governo já deixou por escrito o que quer da classe operária. A lei que regula os dissídios coletivos define claramente novas formas "legais" de atingir os trabalhadores.

A lei impede reajustes salariais em meses sucessivos de um ano, mesmo quando o custo de vida já tenha ultrapassado o último reajuste. A lei determina que os reajustes não sejam na base do aumento do custo de vida nos últimos doze meses e sim na média aritmética dos aumentos acumulados nesses meses. Essa maneira complicada de apresentar as coisas — que é sempre boa para esconder o roubo descarado que está por trás — quer dizer simplesmente que os reajustes deverão corresponder a cerca da metade do aumento do custo de vida.

POR QUE VEIO

Os trabalhadores já não têm mais qualquer dúvida sobre os objetivos do golpe de 1.º de abril. Tratava-se de descarregar nas costas dos assalariadíssimos o peso da crise econômica do país. E o governo já demonstrou isso fartamente na prática. Agora é que quer um instrumento legal. Para que nos momentos de dissídios ele tenha um peso a mais a favor dos patrões. Consagram na lei o que prepararam com as armas.

QUEM GANHOU

Os que perdem, está claro, são os operários. Por outro lado, alguns industriais se declararam contrários à medida, imaginando que ela faria cair o consumo e agravar a crise. Preferiram cobrir os aumentos salariais com aumentos de preços e prosseguir com o ritmo inflacionário. Mas o governo, refletindo os interesses do conjunto da classe capitalista, foi levado a combater o mecanismo financeiro da fase desinflatória.

As indústrias que não aguentaram a queda das vendas se sacrificam em benefício do regime. As que ficaram se aproveitaram de lucros ainda maiores. O governo serve assim aos grandes capitais. Para isso teve ajudantes.

QUEM AJUDOU

Os pelagos, colocados nos sindicatos através das intervenções, foram os instrumentos usados — no lado da repressão policial-militar — para anular os órgãos de resistência da classe operária.

Impedindo a mobilização da classe, detendo e perseguindo os elementos mais combativos, apoiando os seus comitês de gorilas que os sustentam, os pelagos interventores ajudam a execução de cada medida anti-operária.

E mesmo quando aparentam defender os interesses da classe — prestanções pelas bases — eles só deixavam a luta e a enfraquecem. Como, de outra forma, entender os apelos a Costa e Silva "para intervir em favor dos sindicatos"?

Por isso a luta mais imediata dos trabalhadores, na defesa do seu nível de vida, está intimamente ligada ao combate mais intransigente contra os pelagos e as interventórias.

E AGORA

Nos primeiros dissídios que vierem os trabalhadores irão se enfrentar com essa lei infame. O governo procurará usá-la para obrigar os operários a aceitarem reajustes humilhantes, ou declarar os ilegais.

Pois é preciso preparar a classe para enfrentar e derrotar a lei. Em cada movimento salarial, de início, não se deve aceitar a validade dessa lei — recomendada contra o proletariado brasileiro.

O movimento deve, depois, se lançar para derrotar de vez tal lei.

Este movimento é parte de toda a luta que visa derrubar todas as "leis" desse governo que não representa os interesses e a vontade da maioria trabalhadora do nosso povo. Ele contribuirá para amadurecer as forças a quem cumpre derrotar a ditadura.

O que nos cabe agora é a organização operária pelas bases, em comitês de fábricas e bairros, para a sustentação dessa luta. Já ficou patente que as soluções pelos meios puramente legais e de copela são cada vez mais delaváveis, pois as leis estão diariamente se ajustando aos interesses dos magnatas.

É por que os operários deverão se organizar e debater este assunto.

Agresões Sem Êxito

AMÉRICA LATINA EM LUTA

Um dos características principais da época em que vivemos não são as revoluções de libertação nacional, que em todas as partes do mundo estão nascendo e destruindo a dominação do imperialismo. Em as lutas todas, na Ásia e na América Latina, têm um traço marcante: ao mesmo tempo em que, para destruir a dominação imperialista, os forças de destruição também os seus aliados internos, tais como as velhas castas feudais e as obsoletas burguesias nacionais, a igualmente inevitável que as lutas sejam lutas armadas.

Assim é que, na Venezuela, por exemplo, onde segundo a imprensa burguesa, os esquerdistas haviam sido eliminados da vida política, têm novamente de sair armados nas ruas e nos campos, em defesa do povo explorado. E é exatamente o governo nacional que manda tropas para defender as empresas imperialistas.

O AVANÇO REVOLUCIONÁRIO NO PERU

O desmascaramento do "reformismo" do governo de Belaúnde Terry no Peru, que abandonou de vez qualquer "velocidade de tar" no problema da terra ou de enfrentar a exploração imperialista, e a definitiva traição do aprismo, apontaram à massa peruana o caminho revolucionário.

A não sofrida no PC do Peru, separar os revisionistas dos revolucionários, veio dar novas forças ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) que já se batia pelas teses marxistas no processo de libertação social na América Latina.

O atual movimento guerrilheiro, liderado pelo MIR e com apoio da massa camponesa explorada por uma das maiores estruturas latifundiárias do beneficiário, segue o exemplo glorioso da revolução cubana e merece a solidariedade de todas as forças populares do continente.

Ante o fracasso da "Aliança para o Progresso" e a nova investida agressiva do Pentágono, a luta armada das classes exploradas é a resposta mais adequada à repressão armada das classes exploradoras.

O MALOGRO DA ESCALADA

O governo americano foi obrigado a reconhecer o fracasso da escalada bélica no Vietnã. Os bombardeiros no céu do Norte não debilitaram o governo popular de Hanoi, nem abalaram a efetiva libertação da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul. Pelo contrário, a força dos combatentes anti-imperialistas já se faz sentir cada vez mais próximos dos centros urbanos controlados ainda pelas forças ímpias de ocupação e pelo governo títere de Saigão.

O Pentágono foi, agora, levado a embarcar mais 50 mil homens para manter a ocupação. Com isso deixam cair mais suas máscaras. A guerra no Vietnã alimenta com gordos lucros a poderosa indústria bélica americana e aumenta as ameaças de uma guerra mundial.

A resistência do povo vietnamita, por outro lado, mostra que o terror imperialista — com dentes nucleares ou bombas de napalm não é mais poderoso do que a disposição de luta de um povo.

S. DOMINGOS E A OEA

O fracasso do adiantamento da Conferência da OEA aguçará, no Pentágono, a sede por novos golpes militares.

Após a invação de S. Domingos o governo norte-americano queria apresentar as contas e propor medidas de "regras" aos seus países aliados. A constituição de uma força armada interamericana seria o ponto principal do programa; o instrumento ideal para futuras intervenções.

Mas acontece que a OEA reúne alguns governos que, vindos de eleições — ainda que deformadas e com o cunho das dominações de classe — sentem uma pressão de massas que os impede de dobrarem-se ao vilmente ao imperialismo. Todo governo que não se apoia simplesmente nas armas, todo governo que mostra alguma forma de representação popular, foi obrigado a negar apoio à intervenção em S. Domingos.

Por outro lado, a própria intervenção mostrou que, a despeito de todos os programas de auxílios, a única forma de governo suportável hoje para o imperialismo é a das oligarquias montadas militarmente.